

NOVONOR PROPERTIES PARCERIAS S.A.
(Em Recuperação Judicial)

Relatório do auditor independente

Demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2023

NOVONOR PROPERTIES PARCERIAS S.A.
(Em Recuperação Judicial)

Demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2023

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do passivo a descoberto

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas e Administradores da
Novonor Properties Parcerias S.A. - Em Recuperação Judicial
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Examinamos as demonstrações financeiras da Novonor Properties Parcerias S.A. - Em Recuperação Judicial ("NP Parcerias" ou "Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Novonor Properties Parcerias S.A. - Em Recuperação Judicial em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional

Conforme Nota Explicativa nº 1(c) às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023, a Companhia incorreu em sucessivos prejuízos em suas operações, no montante de R\$ 197.747 mil (R\$ 173.604 mil em 2022) e apresentou passivo a descoberto em montante de R\$ 883.924 mil (R\$ 687.794 em 2022), principalmente em decorrência dos reflexos do resultado de equivalência da investida indireta Concessionária do Centro Administrativo do Distrito Federal S.A. - CENTRAD ("CENTRAD"). De acordo com a Nota Explicativa nº 1(d), em 04 de maio de 2022 a CENTRAD tomou conhecimento da anulação do Contrato de Concessão e a partir da referida data a posse do CADF foi revertida à administração do Distrito Federal, além disso, atualmente existem negociações e processos judiciais e administrativos envolvendo a CENTRAD, Governo do Distrito Federal e Financiadores do contrato que discutem a melhor forma de equacionar os direitos e deveres de parte a parte. Esses eventos e condições indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida relevante quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

Ênfases

Realização do ativo financeiro da concessão da investida indireta CENTRAD

Em 31 de dezembro de 2023, a investida indireta CENTRAD apurou, de acordo com o estabelecido no Contrato de Concessão, ativo financeiro da concessão no montante de R\$ 1.141.763 (R\$ 1.180.788 mil em 2022). Contudo, em função dos aspectos já mencionados no parágrafo acima “Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional”, a realização do ativo financeiro da concessão registrado nas demonstrações financeiras da investida, depende dos desdobramentos e da conclusão dos referidos processos e negociações. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Contrato de concessão da investida indireta CENTRAD com o poder concedente

Conforme Nota Explicativa nº 1 (d), em 04 de maio de 2022, a investida indireta CENTRAD tomou conhecimento, por meio da publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, Termo de Anulação da concorrência n. 01/2008-Codeplan e do Contrato de PPP dela decorrente. A partir da referida data, a posse do CADF foi revertida à Administração do Distrito Federal, passando a ser de sua exclusiva responsabilidade a guarda, manutenção e operação do Empreendimento. A transferência da posse, bem como da responsabilidade pela guarda, manutenção e operação do CADF à administração do Distrito Federal não implica em aceite ou concordância, por parte da CENTRAD, acerca da qualificação jurídica empregada pelo Poder Concedente para extinção do Contrato de PPP, tendo a CENTRAD reservado o seu direito de buscar a revisão, anulação ou alteração do referido ato administrativo pelos meios que entender cabíveis, bem como quaisquer outros direitos relacionados ao Contrato em questão. Chamamos a atenção a esta divulgação considerando que o resultado destes processos e negociações em curso podem causar impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Contrato de Parceria Público Privada entre o Estado da Bahia e a investida Fonte Nova

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1(d) às demonstrações financeiras, que menciona o envolvimento da investida direta Fonte Nova Negócios e Participações S.A. (“Fonte Nova”) como polo passivo no Processo TCE/000490/2010, movido pelo Plenário do Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE-BA), alegando a existência de irregularidades na licitação que originou o contrato de concessão firmado entre a Fonte Nova e o Governo do Estado da Bahia. Até a data deste relatório, as decisões emitidas pelo TCE-BA, não contemplaram a execução de quaisquer medidas cautelares que poderiam reduzir o valor da contraprestação pública recebida do Poder Concedente ou impedir a continuidade do Contrato de Parceria Pública-Privada. Por essa razão, não foram constituídas provisões para passivos ou *impairment* de ativos que reflitam eventuais impactos do desfecho deste processo. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de setembro de 2024.

Novonor Properties Parcerias S.A. – Em Recuperação Judicial
 Balanço patrimonial em 31 de dezembro
 Em milhares de reais

Ativo	2023	2022	2021
		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	6	22	1.758
Tributos a recuperar	47	58	83
Dividendos a receber (Nota 6)	720		6.119
Adiantamento a fornecedores	557	559	559
Adiantamentos diversos	674	673	673
Outras contas a receber	38	38	38
	<u>2.042</u>	<u>1.350</u>	<u>9.230</u>
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Sociedades do grupo Novonor (Nota 6)	29.781	24.781	18.663
Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 6)	89	113	12.455
Outros ativos	139	139	139
	<u>30.009</u>	<u>25.033</u>	<u>31.257</u>
Investimentos (Nota 7 (b))	<u>175.728</u>	<u>178.415</u>	<u>179.311</u>
	<u>205.737</u>	<u>203.448</u>	<u>210.568</u>
Total do ativo	<u>207.779</u>	<u>204.798</u>	<u>219.798</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Novonor Properties Parcerias S.A. – Em Recuperação Judicial
 Balanço patrimonial em 31 de dezembro
 Em milhares de reais

Passivo e Passivo a descoberto	2023	2022	2021
		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Circulante			
Fornecedores	52	61	129
Obrigações sociais e trabalhistas	181	362	613
Impostos, taxas e contribuições sociais	35	35	1
Sociedades do grupo Novonor (Nota 6)	647	504	427
	<u>915</u>	<u>962</u>	<u>1.170</u>
Não circulante			
Provisão para perdas em investimentos (Nota 7 (b))	1.089.333	889.014	727.125
Sociedades do grupo Novonor (Nota 6)	300	287	991
Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 6)	383	1.557	
Outros passivos	772	772	52
	<u>1.090.788</u>	<u>891.630</u>	<u>728.168</u>
Passivo a descoberto (Nota 8)			
Capital social	301.664	299.713	299.713
Ajuste de avaliação patrimonial	32.534	32.868	37.518
Prejuízos acumulados	(1.218.122)	(1.020.375)	(846.771)
	<u>(883.924)</u>	<u>(687.794)</u>	<u>(509.540)</u>
Total do passivo e passivo a descoberto	<u>207.779</u>	<u>204.798</u>	<u>219.798</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Novonor Properties Parcerias S.A. – Em Recuperação Judicial
 Demonstração do resultado
 Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2023</u>	<u>2022</u> (Reapresentado)
Operações continuadas		
Despesas operacionais		
Gerais e administrativas (Nota 9)	(415)	(3.038)
Resultado de participação societária (Nota 7 (b))	(197.319)	(170.590)
Prejuízo operacional	<u>(197.734)</u>	<u>(173.628)</u>
Resultado financeiro, líquido (Nota 10)	<u>(13)</u>	<u>59</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>(197.747)</u>	<u>(173.569)</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente		<u>(35)</u>
Prejuízo do exercício	<u>(197.747)</u>	<u>(173.604)</u>
Prejuízo por ação de operações continuadas atribuível aos acionistas durante o exercício (expresso em R\$ por ação) (Nota 11)	<u>(0,66)</u>	<u>(0,58)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Novonor Properties Parcerias S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2023</u>	<u>2022</u> (Reapresentado)
Prejuízo do exercício	<u>(197.747)</u>	<u>(173.604)</u>
Outros componentes do resultados abrangente: Itens que não serão reclassificados para o resultado		
Perda na variação do percentual de participação em investidas	<u>(334)</u>	<u>(4.650)</u>
Outros componentes do resultados abrangente do exercício	<u>(334)</u>	<u>(4.650)</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>(198.081)</u></u>	<u><u>(178.254)</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Novonor Properties Parcerias S.A. – Em Recuperação Judicial

Demonstração das mutações do passivo a descoberto

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Capital subscrito	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2022 (Reapresentado)	299.713	37.518	(846.771)	(509.540)
Prejuízo do exercício (Reapresentado)			(173.604)	(173.604)
Perda na variação do percentual de participação em investidas		(4.650)		(4.650)
Em 31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)	<u>299.713</u>	<u>32.868</u>	<u>(1.020.375)</u>	<u>(687.794)</u>
Prejuízo do exercício			(197.747)	(197.747)
Perda na variação do percentual de participação em investidas		(334)		(334)
Aumento de capital	1.951			1.951
Em 31 de dezembro de 2023	<u>301.664</u>	<u>32.534</u>	<u>(1.218.122)</u>	<u>(883.924)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Novonor Properties Parcerias S.A. – Em Recuperação Judicial

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2023	2022 (Reapresentado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício das operações continuadas	(197.747)	(173.604)
Ajustes:		
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 7 (b))	197.319	170.590
Juros líquidos	(13)	(17)
Caixa aplicado nas operações continuadas	(441)	(3.031)
Variações nos ativos e passivos:		
Tributos a recuperar	11	25
Adiantamento a fornecedor	2	
Outros ativos	(1)	
Fornecedores	(9)	(68)
Obrigações sociais e trabalhistas	(181)	(251)
Impostos, taxas e contribuições sociais		34
Outros passivos	169	110
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(450)	(3.181)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 6)	(343)	(113)
Partes relacionadas (Nota 6 (ii))	(5.000)	(6.118)
Dividendos recebidos (Nota 6 (i))	5.000	6.119
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(343)	(112)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital (Nota 8 (a))	394	
Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 6)	383	1.557
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	777	1.557
Redução de caixa e equivalente de caixa	(16)	(1.736)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	22	1.758
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	6	22

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Novonor Properties Parcerias S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Novonor Properties Parcerias S.A. – Em Recuperação Judicial (“NP Parcerias” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações, com sede em São Paulo, constituída em 10 de julho de 2012.

A Companhia tem por objeto social a exploração, no Brasil ou no exterior, direta ou indireta, dentre outras, as seguintes atividades:

- (i) Concessões de obras e serviços públicos, designadamente no âmbito das arenas multiuso, estádios, ginásios, clubes esportivos, portos, parques olímpicos, centros administrativos, centros de exposições, escolas, universidades, hospitais e afins, presídios, além de outras atividades relacionadas à infraestrutura, meio ambiente e entretenimento;
- (ii) Exploração imobiliária, direta ou indireta, incluindo por intermédio de subsidiárias criadas pela Companhia ou por quaisquer das formas admitidas em Lei;
- (iii) Exercício de atividades conexas ou relacionadas, direta ou indiretamente, com o objeto social, inclusive importação e exportação; e
- (iv) Participação no capital social de outras empresas, personificadas ou não, na qualidade de sócia acionista.

A Companhia é parte integrante do Grupo Novonor (“Grupo”), sendo controlada diretamente pela Novonor Properties e Investimentos S.A. – Em Recuperação Judicial (“NP Investimentos”) e indiretamente pela Novonor S.A. - Em Recuperação Judicial (“Novonor”).

(a) Recuperação Judicial

Em 17 de junho de 2019, a Companhia juntamente com sua controladora direta NP Investimentos, controladora indireta Novonor. controlada NP Centro Administrativo S.A. – Em Recuperação Judicial (“NP Centrad”) e outras empresas do Grupo Novonor, ajuizaram pedido de recuperação judicial perante a 1ª Vara de Falência e Recuperação Judicial da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, nos termos da Lei nº 11.101/05.

Em 22 de abril de 2020, o Plano de Recuperação Judicial da Novonor e de outras 11 empresas controladas ou controladoras, não incluindo NP Parcerias e NP Centrad, foi aprovado em Assembleia Geral de Credores. Em 3 de agosto de 2020, o referido Plano de Recuperação Judicial foi homologado pelo Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Em 15 de outubro de 2020, os planos de Recuperação Judicial da Companhia e da controlada NP Centrad foram aprovados em Assembleia Geral de Credores. Em 18 de dezembro de 2020 e 22 de janeiro de 2021, os planos da NP Centrad e da Companhia, respectivamente, foram homologados pelo Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

(b) Acordo Global da Novonor com as autoridades

Em 1º de dezembro de 2016, a Novonor, na qualidade de controladora das empresas pertencentes ao seu grupo econômico, firmou o Acordo Global com o Ministério Público Federal (MPF), autoridades dos EUA e Suíça, responsabilizando-se por todos os atos ilícitos que integram o objeto do referido acordo, praticados em benefício dessas empresas, com exceção da controlada indireta Braskem.

Novonor Properties Parcerias S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 9 de julho de 2018, a Novonor, na qualidade de controladora das empresas pertencentes ao seu grupo econômico, celebrou Acordo de Leniência com a Advocacia Geral da União (“AGU”) e o Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, referendado, de forma unânime, pelo plenário do Tribunal de Contas da União (“TCU”), mediante o qual serão extintas as ações de improbidade e os processos administrativos no âmbito do Executivo Federal Brasileiro e pelo qual se comprometeu a pagar, em 22 (vinte e dois) anos, o valor total de R\$ 2.727 milhões, que deverá ser abatido dos R\$ 3.828 milhões ajustados no Acordo de Leniência firmado com o MPF.

(c) Perspectivas econômicas e financeiras

A Companhia apresenta passivo a descoberto no montante de R\$ 883.924 (2022 (reapresentado) – R\$ 687.794), prejuízo de R\$ 197.747 (2022 (reapresentado) – R\$ 173.604) decorrente principalmente do reflexo da equivalência da investida CENTRAD, em função do cenário de desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de Concessão Administrativa assinado com o Governo do Distrito Federal (“GDF”). A Administração da investida, o Poder Concedente e os financiadores negociam a melhor forma de equacionar os direitos e deveres de parte a parte.

(d) Perspectivas econômicas e fatos relevantes nas investidas

CENTRAD

Em 31 de março de 2022, diante do profundo desequilíbrio da concessão ocasionado pela inadimplência do Poder Concedente, o que resultou em impactos materiais na capacidade financeira do CENTRAD, as acionistas controladoras aprovaram em Assembleia Geral Extraordinária a tomada de todos os atos necessários à extinção do Contrato de Concessão, em especial o ajuizamento de eventuais ações visando o pagamento de possíveis indenizações e/ou ressarcimentos dos custos incorridos pela Centrad Concessionária na realização do Projeto PPP/CADF – custos de obra e demais custos administrativos e de gerenciamento do empreendimento, bem como pagamentos decorrentes de eventuais obrigações que a Centrad Concessionária entenda de responsabilidade do Poder Concedente, à luz do contrato firmado para a realização do empreendimento CADF (“Ação Judicial de Rescisão da PPP”).

Após o ajuizamento da Ação Judicial de Rescisão da PPP, a CENTRAD tomou conhecimento, por meio de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, datada de 13 de abril de 2022, do despacho de lavra do Governador do Distrito Federal determinando a anulação da Concorrência nº 01/2008-CODEPLAN e do Contrato de PPP decorrente do certame.

A CENTRAD discordou da qualificação jurídica empregada pelo Poder Concedente para extinção do Contrato de PPP, o que foi objeto dos devidos questionamentos por meio de aditamento à Ação Judicial de Rescisão.

Posteriormente, em 04 de maio de 2022, a CENTRAD tomou conhecimento, por meio da publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, Termo de Anulação da concorrência n. 01/2008-Codeplan e do Contrato de PPP dela decorrente. A partir da referida data, a posse do CADF foi revertida à administração do Distrito Federal, passando a ser de sua exclusiva responsabilidade a guarda, manutenção e operação do Empreendimento.

As condições de entrega constaram de laudo elaborado por perito independente, devidamente entregue ao Distrito Federal por meio da Notificação, protocolizada perante a Secretaria da Casa Civil do ente distrital sob o nº SEI-GDF nº 00002-00002111/2022-18, em 22 de abril de 2022.

Novonor Properties Parcerias S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A transferência da posse, bem como da responsabilidade pela guarda, manutenção e operação do CADF à administração do Distrito Federal não implica em aceite ou concordância, por parte da CENTRAD, acerca da qualificação jurídica empregada pelo Poder Concedente para extinção do Contrato de PPP, tendo a Concessionária reservado o seu direito de buscar a revisão, anulação ou alteração do referido ato administrativo pelos meios que entender cabíveis, bem como quaisquer outros direitos relacionados ao Contrato em questão.

Em 31 de dezembro de 2023, a CENTRAD apresentava excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R\$ 1.982.821 (2022 (reapresentado) - R\$ 1.652.771) com passivo a descoberto no montante de R\$ 2.235.957 (2022 (reapresentado) - R\$ 1.826.155) e prejuízo de R\$ 409.802 (2022 (reapresentado) - R\$ 345.382), em função do cenário de desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de PPP. A Administração, o Poder Concedente e os financiadores negociam a melhor forma de equacionar os direitos e deveres de parte a parte. A construção dessa solução se dará, obrigatoriamente, com a participação dos três entes envolvidos, considerando que a situação apresentada é devido à ausência de pagamentos pelo Poder Concedente.

Fonte Nova Negócios e Participações S.A. ("Fonte Nova")

Em 12 de abril de 2016, o Plenário do Tribunal de Contas do Estado da Bahia ("TCE-BA"), no julgamento do Processo TCE/000490/2010, determinou ao Poder Concedente a realização de estudos, no prazo de 120 dias, para adequar as cláusulas econômico-financeiras do Contrato de Parceria Público Privada ("Contrato de PPP") n. 02/2010 firmado com a investida Fonte Nova, objetivando melhor salvaguarda do interesse público, em razão de irregularidades verificadas no âmbito daquele Processo, cuja decisão está sujeita a recursos. Na referida decisão, o TCE-BA determinou a continuidade do Contrato de PPP n. 02/2010 e não foram concedidas as medidas cautelares que poderiam resultar na imediata redução do valor pago pelo Poder Concedente a título de contraprestação pública à Concessionária, ou na vedação do pagamento de qualquer quantia a título de compartilhamento de risco de demandas.

Da mesma forma, não foram cautelarmente determinadas quaisquer medidas que pudessem ensejar novas obrigações ou assunção de novos custos pela investida em relação ao Contrato de PPP, tampouco penalidades à Concessionária ou aos seus administradores.

Considerando o atual estágio do processo, tendo em vista que a decisão não é definitiva, e o fato que qualquer ajuste no Contrato de PPP apenas poderá ser determinado após a conclusão dos estudos recomendados na decisão do TCE-BA, a administração da investida, suportada pela avaliação de seus consultores jurídicos, entende que não é possível, neste momento, estimar eventual impacto na contraprestação pública e tampouco os potenciais desdobramentos deste processo.

Desta forma, em função das incertezas existentes, em 31 de dezembro de 2023, não foi constituída provisão para passivos ou registrado *impairment* de ativos, para refletir os potenciais desdobramentos deste processo.

(e) Aprovação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram autorizadas pela Diretoria da Companhia em 20 de setembro de 2024.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis, aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras, estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente todo o período apresentado, salvo disposição em contrário.

Novonor Properties Parcerias S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A Companhia está apresentando somente suas demonstrações contábeis individuais, considerando que sua acionista direta, NP Investimentos, não fez nenhuma objeção quanto a não apresentação de suas demonstrações contábeis consolidadas; não possui instrumentos de dívida ou patrimoniais negociados publicamente; não teve arquivado nem está em processo de arquivamento de suas demonstrações contábeis junto a Comissão de Valores Mobiliários e a controladora indireta Novonor apresentou as informações consolidadas.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

2.2 Reapresentação

Os valores correspondentes ao Balanço Patrimonial, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e seu saldo inicial, bem como, as demonstrações do resultado, apresentados nestas demonstrações financeiras para fins de comparação, estão sendo reapresentados em conformidade com o CPC 23 - Políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erro (IAS 8 *Accounting policies, changes in accounting estimates and errors*), visando refletir adequadamente a comparabilidade dos saldos:

Balanço patrimonial:

- Para fins de comparabilidade do passivo não circulante na rubrica provisão para perda de investimento, a Companhia está reapresentando o valor da sua participação na NP Centrad, devido a um ajuste em financiamentos na investida CENTRAD de R\$ 76.848. A CENTRAD revisou a memória de cálculo da dívida com a Caixa Econômica Federal, e segundo as premissas do contrato e dos ofícios 068/2016 e 002/2018, apurou esse ajuste. O impacto desse ajuste na Companhia é de R\$ 36.733 também é reapresentado na Demonstração das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto).
- Para fins de comparabilidade do ativo não circulante na rubrica investimentos, a Companhia está reapresentando o valor da sua participação na Fonte Nova, devido a um ajuste na investida relacionado ao reconhecimento de forma retrospectiva das provisões de manutenção para entrega do ativo de concessão ao poder concedente a um nível específico de operacionalidade e à retificação da segregação do ativo do contrato de concessão entre circulante e não circulante. O impacto desse ajuste na Companhia é de R\$ 34.978.

Demonstração do resultado do exercício:

- Para fins de comparabilidade do resultado na rubrica de participação societária, a Companhia está reapresentando o valor da equivalência no exercício de 2022, devido a um ajuste nas despesas financeiras na investida CENTRAD no valor de R\$ 11.713. O impacto desse ajuste na Companhia é de R\$ 5.599. Adicionalmente, o impacto do ajuste no resultado na mesma rubrica diante da reapresentação da Fonte Nova é de R\$ 1.890.

Novonor Properties Parcerias S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Reconciliação do balanço patrimonial findo em 31 de dezembro de 2021

Ativo	Publicado	Ajuste	Reapresentado
Circulante	9.230		9.230
Não circulante			
Sociedades do grupo Novonor	18.663		18.663
Adiantamento para futuro aumento de capital	12.455		12.455
Outros ativos	139		139
	31.257		31.257
Investimentos	212.399	(33.088)	179.311
	243.656	(33.088)	210.568
Total do ativo	252.886	(33.088)	219.798
Passivo e Passivo a descoberto	Publicado	Ajuste	Reapresentado
Circulante	1.170		1.170
Não circulante			
Provisão para perdas em investimentos	695.991	31.134	727.125
Sociedades do grupo Novonor	991		991
Outros passivos	52		52
	697.034	31.134	728.168
Passivo a descoberto			
Capital social	299.713		299.713
Ajuste de avaliação patrimonial	37.518		37.518
Prejuízos acumulados	(782.549)	(64.222)	(846.771)
	(445.318)	(64.222)	(509.540)
Total do passivo e passivo a descoberto	252.886	(33.088)	219.798

Novonor Properties Parcerias S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Reconciliação do balanço patrimonial findo em 31 de dezembro de 2022

Ativo	Publicado	Ajuste	Reapresentado
Circulante	1.350		1.350
Não circulante			
Sociedades do grupo Novonor	24.781		24.781
Adiantamento para futuro aumento de capital	113		113
Outros ativos	139		139
	25.033		25.033
Investimentos	213.393	(34.978)	178.415
	238.426	(34.978)	203.448
Total do ativo	239.776	(34.978)	204.798
Passivo e Passivo a descoberto	Publicado	Ajuste	Reapresentado
Circulante	962		962
Não circulante			
Provisão para perdas em investimentos	852.281	36.733	889.014
Sociedades do grupo Novonor	287		287
Adiantamento para futuro aumento de capital	1.557		1.557
Outros passivos	772		772
	854.897	36.733	891.630
Passivo a descoberto			
Capital social	299.713		299.713
Ajuste de avaliação patrimonial	32.868		32.868
Prejuízos acumulados	(948.664)	(71.711)	(1.020.375)
	(616.083)	(71.711)	(687.794)
Total do passivo e passivo a descoberto	239.776	(34.978)	204.798

Novonor Properties Parcerias S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Reconciliação da demonstração do resultado exercício findo em 31 de dezembro de 2022

	<u>Publicado</u>	<u>Ajuste</u>	<u>Reapresentado</u>
Operações continuadas			
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	(3.038)		(3.038)
Resultado de participação societária	<u>(163.101)</u>	<u>(7.489)</u>	<u>(170.590)</u>
Prejuízo operacional	<u>(166.139)</u>	<u>(7.489)</u>	<u>(173.628)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>59</u>		<u>59</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>(166.080)</u>	<u>(7.489)</u>	<u>(173.569)</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	(35)		(35)
Prejuízo exercício das operações continuadas	<u>(166.115)</u>	<u>(7.489)</u>	<u>(173.604)</u>

(d) Reconciliação da demonstração das mutações do passivo a descoberto do exercício findo em 31 de dezembro de 2022

	<u>Capital subscrito</u>	<u>Ajuste de avaliação patrimonial</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2021 (Originalmente apresentado)	299.713	37.518	(782.549)	(445.318)
Ajustes de reapresentação de anos anteriores			<u>(64.222)</u>	<u>(64.222)</u>
Em 31 de dezembro de 2021 (Reapresentado)	299.713	37.518	(846.771)	(509.540)
Prejuízo do exercício (originalmente apresentado)			(166.115)	(166.115)
Ajuste de reapresentação			<u>(7.489)</u>	<u>(7.489)</u>
Prejuízo do exercício (Reapresentado)			(173.604)	(173.604)
Outros resultados abranjentes		<u>(4.650)</u>		<u>(4.650)</u>
Em 31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)	<u>299.713</u>	<u>32.868</u>	<u>(1.020.375)</u>	<u>(687.794)</u>

2.3. Investimentos em controladas e controladas em conjunto

Os investimentos em controladas e coligadas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposto ou tem direito aos retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir, de forma significativa, nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade.

(b) Controladas em conjunto

Controladas em conjunto são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em controladas em conjunto são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

Novonor Properties Parcerias S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas controladas em conjunto é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Companhia. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma controlada em conjunto for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da controlada em conjunto.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.5 Instrumentos financeiros

2.5.1 Ativos Financeiros

(a) Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados no reconhecimento inicial pelo valor justo subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios do Grupo para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático, o Grupo inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

(b) Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros como subsequentemente mensurado ao custo amortizado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado, ele precisa ser mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros do Grupo ao custo amortizado incluem caixa e equivalente de caixa, contas a receber e “partes relacionadas” (Notas 5 e 6 respectivamente).

2.5.2 Passivos Financeiros

(a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros da Companhia são classificados, no reconhecimento inicial, como empréstimos e recebíveis ou contas a pagar, conforme apropriado.

Novonor Properties Parcerias S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, partes relacionadas e contas a pagar.

2.5.3 *Impairment* de ativos financeiros

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidências objetivas de que o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*). O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Para exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2023, não foram identificadas pela Administração da Companhia evidências objetivas de perdas.

2.6 Adiantamento para futuro aumento de capital (“AFAC”)

Referem-se aos recursos enviados às investidas ou recebidos da controladora, para posterior integralização de capital. O AFAC é registrado ao custo, sem acréscimo de encargos financeiros.

2.7 Sociedades do Grupo Novonor

Refere-se a transações, financeiras ou não, realizadas com empresas do Grupo Novonor que originem um direito de receber caixa ou outro instrumento financeiro.

2.8 Novos pronunciamentos, alterações e interpretações das normas contábeis

A Companhia avaliou as alterações nas normas contábeis que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022 ou após essa data. As alterações aplicadas à realidade da Companhia são:

(a) Revisadas e vigentes

- Alteração ao IAS 1 (CPC 26(R1)), Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes – vigente a partir de 1º de janeiro de 2023.
- Alteração ao IAS 1 (CPC 26(R1)), Divulgação de políticas contábeis – vigente a partir de 1º de janeiro de 2023.
- Alteração ao IAS 8 (CPC 23), Definição de estimativas contábeis – vigente a partir de 1º de janeiro de 2023.

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos, alterações e interpretações das normas contábeis descritas acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

(b) Revisadas e não vigentes

- Classificação de passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC26(R1)/IAS1) – A partir de 1º de janeiro de 2024.
- Passivos não circulantes com cláusulas de Covenants (alterações ao CPC26/IAS1) – A partir de 1º de janeiro de 2024.
- Arranjos financeiros de fornecedores (alterações ao CPC40/IFRS7 e CPC03/IAS7) – A partir de 1º de janeiro de 2024.

Novonor Properties Parcerias S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Administração da Companhia está em processo de avaliação dos pronunciamentos, alterações e interpretações das normas contábeis descritas acima.

3 Gestão de risco financeiro

3.1 Fatores de risco financeiro

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, outras contas a receber, fornecedores e contas a pagar, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

(a) Risco de liquidez

É o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

A Companhia possui e segue políticas financeiras que definem as diretrizes para o gerenciamento de riscos. Nos termos dessas políticas, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa e na liquidez de suas operações.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente e é decorrente de caixa e equivalentes de caixa. O risco de crédito decorre, principalmente, nas contas correntes bancárias, aplicações financeiras, para as quais a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira.

Como forma de mitigar o risco, a Companhia tem como política trabalhar com instituições de primeira linha e não ter grande concentração de investimentos na mesma instituição financeira.

4 Instrumentos financeiros por categoria

Mensurados ao custo amortizado	2023	2022
Ativos, conforme balanço patrimonial		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	6	22
Dividendos a receber	720	
Outras contas a receber	38	38
Sociedades do grupo Novonor (Nota 6)	29.781	24.781
	<u>30.545</u>	<u>24.841</u>
Mensurados ao custo amortizado		
Passivos, conforme o balanço patrimonial		
Fornecedores	52	61
Sociedades do grupo Novonor (Nota 6)	947	791
	<u>999</u>	<u>852</u>

Novonor Properties Parcerias S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Caixas e bancos	6	22

6 Sociedades do Grupo Novonor

	<u>Ativo</u>		<u>Passivo</u>	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Dividendos a receber (i)	720			
Partes relacionadas (ii) (iii)	29.781	24.781	947	791
Adiantamento para futuro aumento de capital (iv)	89	113	383	1.557
	<u>30.590</u>	<u>24.894</u>	<u>1.330</u>	<u>2.348</u>

- (i) Em 31 de dezembro de 2023, possuía o montante de R\$ 720 de dividendos a receber da Fonte Nova. Foi deliberado em Assembleia Geral Extraordinária no dia 20 de dezembro de 2023 na Fonte Nova, a declaração de dividendos intermediários. No dia 22 de dezembro de 2023 a Fonte Nova pagou para a NPP dividendos no valor de R\$5.000.
- (ii) Os saldos ativos, referem-se principalmente aos valores de R\$ 14.782 (2022 - R\$ 12.077) a receber da NP Centrad e R\$11.691 (2022 - R\$9.396) a receber da CENTRAD decorrente dos pagamentos realizados pela Companhia aos credores listados em seu Plano de Recuperação Judicial, como garantidor das dívidas das referidas companhias.
Em 26 de dezembro de 2023 foram pagos os valores de R\$2.705 referente ao financiamento da NP Centrad; R\$1.966 referente ao financiamento da CENTRAD e R\$329 referente as debêntures da investida CENTRAD, totalizando R\$5.000 de movimentação no ano de 2023.

Adicionalmente a Companhia possui valores a receber do Complexo Maracanã Entretenimento S.A. ("Arena Maracanã"), a título de ressarcimento, pela implementação da estrutura administrativa, no montante de R\$ 2.810 (2022 – R\$ 2.810).
- (iii) Refere-se a valores a pagar para a CNO referente a contrato de rateio de despesas administrativas no valor de R\$ 647 (2022 - R\$ 504); R\$300 de saldo a pagar a CNO S.A. ("CNO") (2022 – R\$ 287) proveniente de uma cessão de crédito. A CNO detinha saldos a receber da Construtora Cowan S.A., antiga acionista da SPE Saúde, devido a encontro de contas no âmbito da implantação do projeto PPP Saúde BH, de construção de centros de saúde em Belo Horizonte, e esse crédito foi cedido pela CNO à Companhia.
- (iv) No exercício de 2023 foi enviado como AFAC, o montante de R\$343 para a investida NP Centrad, que somados ao saldo remanescente de 2022 de R\$113 menos o saldo aportado ao capital na NP Centrad no exercício de R\$367, totalizam o valor de R\$89, mantido em 31 de dezembro de 2023.
O valor passivo de R\$ 383 é referente a parte do valor recebido da NP Investimentos no exercício de 2023. Adicionalmente, a Companhia recebeu da controladora o montante de R\$394 que somados ao valor de R\$1.557 recebidos no exercício de 2022, totalizam o montante aportado ao capital em 31 de agosto 2023. (Nota 8(a)).

Novonor Properties Parcerias S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Investimentos (Provisão para perdas em investimentos)

(a) Informações sobre as investidas

	Participação direta (%)		Patrimônio líquido (passivo a descoberto)		Lucro (prejuízo) do exercício ajustado	
	2023	2022	2023	2022 (Reapresentado)	2023	2022 (Reapresentado)
NP Centrad (i)	95,60	95,57	(1.139.470)	(930.212)	(209.625)	(177.844)
Fonte Nova	50,00	50,00	349.533	354.454	6.067	(1.790)
SPE Saúde (ii)	7,22	7,22	57.818	93.697	10.816	35.919
Concessionária Rio Mais S.A. ("Rio Mais") (iii)	33,40	33,40	(2.093.903)	(2.579.174)	(538.165)	(489.635)
Concessionária Porto Novo S.A. ("Porto Novo") (iii)	37,50	37,50	(295.141)	(785.775)	(144.612)	(490.633)

(i) Em 04 de março de 2022, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, foi aprovado o aumento de capital da investida NP Centrad, no montante de R\$ 12.822, mediante a emissão de 12.821.569 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo R\$12.455 pela Companhia e R\$ 367 pela acionista CNO S.A., ambas mediante a capitalização de AFAC.

Em 31 de outubro de 2023, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, foi aprovado o aumento de capital da investida NP Centrad, no montante de R\$ 366, mediante a emissão de 366.402 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas pela Companhia mediante a capitalização de AFAC.

(ii) Em consequência da perda de controle e influência na investida SPE Saúde, em 20 de janeiro de 2020, a Companhia suspendeu o reconhecimento através do método da equivalência patrimonial.

(iii) Durante os exercícios de 2020 e 2021, as controladas em conjunto Porto Novo e Rio Mais apuraram patrimônio líquido negativo. A partir de então, a Companhia manteve a suspensão do cálculo da equivalência patrimonial, de acordo com o CPC 18 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, que determina que quando a participação do investidor nos prejuízos do período do empreendimento controlado em conjunto se igualar ou exceder o saldo contábil de sua participação na investida, o investidor deve descontinuar o reconhecimento de sua participação em perdas futuras.

(b) Movimentação dos investimentos

	Saldo do exercício anterior	Equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial	Aumento de capital	Dividendos	Saldo no final do exercício
Investimentos						
Fonte Nova	177.463	3.033			(5.720)	174.776
SPE Saúde	952					952
Subtotal	178.415	3.033			(5.720)	175.728
Provisão para perdas em investimentos						
NP Centrad	(889.014)	(200.352)	(334)	367		(1.089.333)
Subtotal	(889.014)	(200.352)	(334)	367		(1.089.333)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(710.599)	(197.319)	(334)	367	(5.720)	(913.605)
Saldo em 31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)	(547.814)	(170.590)	(4.650)	12.455		(710.599)

Novonor Properties Parcerias S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Garantias

A Companhia presta ESAs (*Equity support agreement*), aval e fiança corporativos a Negócios ou Projetos de forma seletiva, mediante avaliação de riscos e devida aprovação da Companhia. Em 31 de dezembro de 2023 o total de ESAs, avais e fianças corporativas prestados pela Companhia para a controlada em conjunto CENTRAD é de R\$ 139,9 milhões (2022 - R\$ 135,8 milhões).

8 Passivo a descoberto

(a) Capital social

A composição do capital é a seguinte:

Acionistas	2023			2022		
	Capital social subscrito	Ações	Participação (%)	Capital social	Ações	Participação (%)
NP Investimentos	301.664	301.663.689	100,00	299.713	299.712.688	100,00
ODBINV S.A.		1			1	
	<u>301.664</u>	<u>301.663.690</u>	<u>100,00</u>	<u>299.713</u>	<u>299.712.689</u>	<u>100,00</u>

Em 31 de agosto de 2023, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, foi aprovado o aumento de capital da Companhia, no montante de R\$ 1.951, mediante a emissão de 1.951.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas pela acionista NP Investimentos mediante a capitalização de AFAC.

(b) Ajuste de avaliação patrimonial

Criada pela Lei nº 11.638/07, com o objetivo de registrar os valores que, ainda que pertencentes ao patrimônio líquido, não transitaram pelo resultado do exercício. Os impactos desses valores no resultado do exercício ocorrerão quando da sua efetiva realização.

	2023	2022
Saldo no início do exercício	32.868	37.518
Perda na variação do percentual de participação de investidas	(334)	(4.650)
Saldo no final do exercício	<u>32.534</u>	<u>32.868</u>

9 Despesas gerais e administrativas

	2023	2022
Serviços de consultoria e assessoria	(69)	(58)
Pessoal (*)	(192)	(2.816)
Gastos administrativos	(143)	(154)
Outras despesas	(11)	(10)
	<u>(415)</u>	<u>(3.038)</u>

Novonor Properties Parcerias S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(*) Variação em função da empresa apresentar despesa com pessoal no exercício de 2023 somente no mês de janeiro. Alguns integrantes foram desligados ou transferidos para outra empresa do grupo.

10 Resultado Financeiro

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas financeiras		
Receitas com juros		77
Atualização monetária de impostos a recuperar	1	3
	<u>1</u>	<u>80</u>
Despesas financeiras		
Juros e variações monetárias sobre outros passivos	(13)	(16)
Pis e Cofins sobre receitas financeiras		(4)
Juros, comissões (reversão) de despesas bancárias	(1)	(1)
	<u>(14)</u>	<u>(21)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(13)</u>	<u>59</u>

11 Prejuízo por ação

O prejuízo por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante os exercícios findos em:

	<u>2023</u>	<u>2022</u> (Reapresentado)
Prejuízo do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	(197.747)	(173.604)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	<u>300.365</u>	<u>299.713</u>
Prejuízo por ação (em Reais)	<u>(0,66)</u>	<u>(0,58)</u>

12 Contingências

A Companhia vem discutindo uma ação cível no montante de R\$ 328.691 (2022 – R\$ 315.145) para a qual não foi constituída provisão, decorrente da avaliação dos administradores e de seus assessores jurídicos externos, que consideram a perda na demanda como possível. A ação foi movida por Instituições Financeiras objetivando a recomposição de saldos de contas reserva das dívidas financiadas pela CENTRAD.

* * *